

11 MAR 2020

1º SE. SECRETARIO

PROTOCOLO

REQUERIMENTO

Nº

3746/20

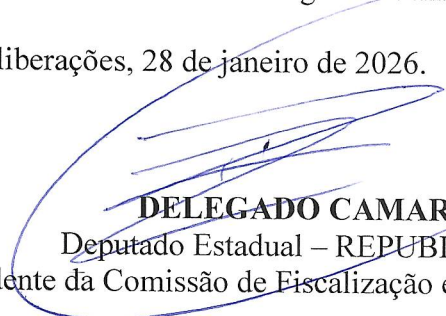
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS

Requer ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL, o encaminhamento de informações detalhadas acerca da falta de pagamento dos salários e demais direitos trabalhistas dos servidores da empresa terceirizada que prestam serviços no âmbito do Estado de Rondônia.

O Parlamentar que ora subscreve, com base no inciso II do artigo 178 e 179 do Regimento Interno, requer ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL, o encaminhamento de informações detalhadas acerca da falta de pagamento dos salários e demais direitos trabalhistas dos servidores da empresa terceirizada que prestam serviços no âmbito do Estado de Rondônia.

Considerando os princípios que baseia à Administração Pública, devidamente disciplinados no art. 37 da Constituição da República, requer informações urgentes, contendo:

1. A Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL encontra-se inadimplente com os repasses financeiros devidos à empresa? Em caso afirmativo, informar quais meses, valores e datas previstas de pagamento.
2. Qual o motivo do atraso no pagamento por parte da SEJUCEL à empresa terceirizada, considerando que se trata de contrato emergencial?
3. A SEJUCEL tinha dotação orçamentária suficiente e previsão financeira para arcar com os pagamentos contratuais no exercício correspondente? Em caso negativo, esclarecer as razões.

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
4. Desde quando a SEJUCEL tem ciência de que os trabalhadores terceirizados não estão recebendo salários e benefícios (como vale-alimentação) em razão da inadimplência contratual? 5. Quantos trabalhadores terceirizados estão sendo diretamente afetados pelos atrasos, bem como em quais unidades vinculadas à SEJUCEL esses profissionais prestam serviço? 6. Quais medidas administrativas foram adotadas pela SEJUCEL para evitar prejuízos aos trabalhadores, tendo em vista o caráter essencial do serviço de natureza emergencial do contrato? 7. A SEJUCEL realizou ou pretende realizar a retenção de valores, pagamento direto aos trabalhadores ou a execução de garantias contratuais, conforme permite a legislação, para assegurar os direitos trabalhistas dos vigilantes? 8. Diante do descumprimento contratual e do impacto social relatado aos servidores, há estudos ou providências em andamento para rescisão contratual e contratação de nova empresa que possua capacidade financeira para honrar os compromissos? 9. Existe prazo concreto estabelecido pela SEJUCEL para a regularização dos pagamentos, de modo a cessar os prejuízos aos trabalhadores terceirizados? 10. Quais providências estão sendo adotadas para garantir que situações semelhantes não voltem a ocorrer, especialmente em contratos emergenciais firmados pela Secretaria? Plenário das Deliberações, 28 de janeiro de 2026.  DELEGADO CAMARGO Deputado Estadual – REPUBLICANOS Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle – ALERO			

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
	AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS		
JUSTIFICATIVA Nobres Parlamentares, O presente requerimento tem por finalidade obter esclarecimentos acerca da inadimplência da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL quanto aos repasses financeiros devidos à empresa terceirizada, situação que vem ocasionando o atraso no pagamento de salários e benefícios, inclusive vale-alimentação, aos trabalhadores que prestam serviços de vigilância em unidades vinculadas à referida Secretaria. Conforme relatos recebidos, trata-se de contrato emergencial, cujo inadimplemento compromete não apenas a continuidade de um serviço essencial, mas, sobretudo, a dignidade dos servidores e de suas famílias, que se encontram em situação de vulnerabilidade social em razão da ausência de remuneração regular, enfrentando dificuldades para honrar compromissos básicos. Embora o vínculo trabalhista seja mantido com a empresa terceirizada, é inegável a responsabilidade do Estado na fiscalização e na regularidade dos pagamentos contratuais, especialmente quando a falta de repasse por parte da Administração Pública repercute diretamente nos direitos trabalhistas dos profissionais envolvidos. Diante da gravidade dos fatos, faz-se imprescindível o esclarecimento dos motivos que levaram ao atraso dos pagamentos, bem como a adoção de medidas administrativas urgentes para a regularização da situação, a proteção dos trabalhadores prejudicados e a prevenção de novas ocorrências semelhantes. Como presidente da Comissão de Fiscalização e Controle e membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, amparado no <i>Art. 28, II, IV</i> do Regimento Interno desta <i>Casa de Lei</i>, e <i>Lei n.º 1121/2001</i>, para elucidação de qualquer matéria sujeita a estudo, o parlamentar poderá requerer a realização de diligências, bem como formular pedidos de informação, nos termos da <i>Constituição Estadual, da Lei e do Regimento Interno</i>. Neste sentido, ao fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive abarcando os atos da Administração indireta, este Parlamentar está cumprindo com as suas funções típicas, após eleito.			

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
A Constituição do estado de Rondônia nos incisos XVII e XXXIV do artigo 29, acrescido pela Emenda Constitucional nº 24 de 04 de março de 2012, atribuiu a competência privativa à Assembleia Legislativa vejamos: XVIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta; XXXIV - encaminhar ao Governador do Estado pedido, por escrito, de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em tramitação, ou sobre fato sujeito à fiscalização da Assembleia, importando crime de responsabilidade o não-atendimento no prazo de dez dias. (Adin 132-9 - Inconstitucional a expressão: ...importando crime de responsabilidade o não-atendimento no prazo de dez dias. Acórdão: DJ 30.05.2003). Por sua vez, o artigo 46 da Constituição estadual ainda dispõe: Art. 46. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado. Do mesmo modo, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, no artigo 146 destaca que: Art. 146. Proposição é toda matéria submetida à deliberação da Assembleia, a saber: IX – Requerimento; O Regimento Interno ainda dispõe que o requerimento é a proposição pela qual o Deputado ou Comissão, solicita informações, vejamos a redação do artigo 172 e por conseguinte do artigo 179: Art. 172. Requerimento é a proposição pela qual o Deputado ou Comissão, solicita informações ou providências da Assembleia, de outros Poderes, ou de			

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
órgãos públicos, bem como, manifestação de caráter público do Legislativo. [...] Art. 179. Os requerimentos de informações mencionarão as autoridades a quem são dirigidas, importando crime de responsabilidade, a recusa ou o não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhadas pelo Presidente da Assembleia ao Governador do Estado, observadas as seguintes regras: [...] III - deverão referir-se a ato ou fato relacionado com matéria legislativa em tramitação, ou sujeito à fiscalização da Assembleia. Corroborando com os entendimentos acima, temos ainda o Decreto nº 24.876, de 17 de março de 2020, que nos ensina no art. 1º, §2º, I, que requerimento é a proposição pela qual Deputado ou Comissão, solicita informações ou providências aos Órgãos do Poder Executivo Estadual e demais Poderes, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não cumprimento no prazo, bem como a prestação de informações falsas. Assim, é prerrogativa assegurada a fiscalização, acompanhamento e controle ao Parlamentar, das ações do Poder Executivo estadual, ou seja, do governador, do vice-governador e dos secretários estaduais. Esta função é importante para garantir a boa gestão dos recursos públicos e a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos. Além disso, indispensável se faz a observância aos princípios da transparência, publicidade e interesse público, os quais são mecanismos fundamentais para garantir o direito de acesso à informação, que é uma das expressões da cidadania e da democracia. Temos ainda a Lei de Acesso à Informação, conhecida popularmente como “LAI” – nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que “Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.”.			

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
A LAI prevê que o acesso à informação é a regra e o sigilo é a exceção, e que as informações de interesse público devem ser divulgadas independentemente de solicitações. A propósito, o artigo 6º da referida Lei, estabelece: Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; [...] V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços; VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e VII - informação relativa: a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores. No âmbito do Poder Executivo estadual, o acesso à informação é um instrumento essencial, para fiscalizar e avaliar as políticas públicas implementadas pelo governo estadual, bem como para exercer o controle social sobre o uso dos recursos públicos. Diante desse cenário, o presente requerimento complementar busca sanar omissões, esclarecer respostas parciais e obter informações técnicas indispensáveis, de modo a permitir que o Poder Legislativo exerça, com responsabilidade e transparência, sua atribuição constitucional de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, resguardando o interesse público, a segurança jurídica e o equilíbrio das contas públicas.			